

## **TURISMO EM SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS: AUTOIMAGEM E GESTÃO A PARTIR DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL**

Mario Jorge Pires<sup>1</sup>  
Alexandre Leonarde<sup>2</sup>  
São Paulo, SP, Brasil

**RESUMO:** Este artigo trata da autoimagem que as cidades históricas brasileiras possuem a respeito da conservação de seu rico patrimônio. Trata, também, em contrapartida, das ações de gestão tomadas para a sua utilização em turismo cultural. Parte-se da ideia de que a consciência dessas cidades, observada através das respostas ao questionário respondido pelos administradores públicos, quanto à importância de seus bens históricos, é existente em quase a sua totalidade, porém, a política voltada para o aproveitamento turístico é diminuta, havendo poucas ações efetivas no sentido de aparelhar a cidade para receber visitantes, ficando quase sempre restritas a iniciativas que não fogem do padrão convencional que caracteriza uma cidade não histórica.

**Palavras-chave:** Turismo. Turismo cultural. Gestão patrimônio histórico.

## **TOURISM IN HISTORICAL SITES: SELF-IMAGE AND MANAGEMENT FROM LOCAL MUNICIPAL GOVERNMENTS POINT OF VIEW**

**ABSTRACT:** This article covers the self image that historical brazilian cities have regarding the conservation of their rich heritage. It also covers, on the other hand, the management actions taken for its use in cultural tourism. It comes from the idea that the awareness of these cities, observed through the answers gave by public administrators to a questionnaire about the importance of their historical heritage, is present in almost its totality, but the policy focused on the touristic use is small, having few effective actions when it comes to get the city ready to receive visitors, being almost always restrict to the initiatives that don't drift far away from the conventional model which characterizes a non-historical city.

**Keywords:** Tourism. Cultural tourism. Management of historical heritage

---

<sup>1</sup> Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Livre Docente no curso de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. [majortur@gmail.com](mailto:majortur@gmail.com)

<sup>2</sup> Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Professor colaborador no curso de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Pós-doutor em Lazer e Turismo na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL-EACH-USP). [aleonarde@uol.com.br](mailto:aleonarde@uol.com.br)

## TURISMO EN LOCALES HISTÓRICOS URBANOS: AUTOIMAGEN Y GESTIÓN DEL PODER PÚBLICO MUNICIPAL

**RESUMEN:** Este artículo trata de la autoimagen que las ciudades históricas brasileñas tienen con respecto a la conservación de su rico patrimonio. Trata, también, en cambio, de las acciones de gestión tomadas para su utilización en turismo cultural. Se parte de la idea de que la conciencia respecto a esas ciudades, observada a través de las respuestas a la encuesta hecha a los administradores públicos en cuanto a la importancia de sus bienes históricos, existe casi en su totalidad. Sin embargo, la política de aprovechamiento turístico tiene corto alcance, hay pocas acciones efectivas en el sentido de preparar la ciudad para recibir a los visitantes, casi siempre son sólo iniciativas que siguen el mismo patrón convencional que caracteriza una ciudad no histórica.

**Palabras-clave:** Turismo. Turismo cultural. Gestión de patrimonio histórico.

### INTRODUÇÃO

O país que os viajantes estrangeiros visitaram no século XIX ainda hoje padece de mazelas que se tornam bastante relevantes na atividade turística no século XXI.

Tendo sido o Brasil a única monarquia da América do Sul e um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão, recebeu por parte daqueles visitantes relatos que, divulgados no Continente Europeu, criaram estereótipos que acabaram por estigmatizar a nação brasileira neste longo período histórico.

Esses viajantes eram sábios botânicos, zoólogos, comerciantes e militares das mais prestigiosas nações da época e que, sem dúvida, foram responsáveis pelos primeiros estudos criteriosos que abordaram as exuberantes fauna e flora do país.

A contrapartida dessas contribuições científicas e culturais sob o olhar estrangeiro foi a divulgação da imagem de um Brasil exótico. Até mesmo seus habitantes e costumes mais prosaicos foram descritos sob a ótica da curiosidade, deslumbre e estranhamento. Dessa forma, não somente os escritos, mas também as imagens produzidas pelos artistas, dos quais Debret e Rugendas são os dois exemplos mais conhecidos, expressam um “fantástico Novo Mundo da América Portuguesa”.

Este imaginário moldou, em grande parte, a mentalidade dos estrangeiros, e aqueles que manifestavam a ousadia de conhecer tal país foram, durante um bom tempo, considerados aventureiros excêntricos. Ainda hoje, o “Brasil pitoresco” recebe uma forte tônica quando se trata de promover a atividade turística e, dentro desse enfoque, são enfatizados os atrativos naturais.

Infelizmente, o Brasil tem pago um preço demasiadamente alto por acreditar que seu diferencial fundamenta-se quase exclusivamente na exuberância de seus atrativos naturais. Ainda hoje, os administradores pretendem vender ao mercado externo um

produto turístico que o público-alvo, sensível a esse gênero de atrativo, encontra com facilidade em países concorrentes, em condições muito mais interessantes. Os europeus e norte-americanos da classe média, que buscam o “exótico e pitoresco”, podem optar por destinos que, além de oferecerem preços bem mais acessíveis, infraestrutura mais completa e ausência de barreiras idiomáticas, ainda fazem parte de rotas consagradas.

Concentrando todos os esforços de promoção do turismo brasileiro nesse diapasão, mais uma vez se retorna à velha postura terceiro-mundista, sugerindo um país que oferece matérias-primas de baixo valor às nações economicamente mais desenvolvidas. Em matéria de turismo, venderá sua natureza, por não possuir nada que se apresente, senão uma civilização medíocre, destituída de qualquer atratividade.

É bem verdade que houve uma melhora significativa na atenção que os aspectos culturais têm recebido por parte dos organismos responsáveis pela divulgação – interna e externa – da oferta turística brasileira, especialmente a nível federal. Mesmo assim, grande parte das manifestações culturais às quais é dado destaque, carrega o estigma do brasileiro como um povo meramente fisiológico. Uma população cujas características relevantes são apenas aquelas resumidas ao usufruto do sol, praia, corpo e sexualidade e, portanto, somente isso pode ser aproveitado turisticamente. O Carnaval, sobretudo, catalisa a ideia repaginada dessa imagem estanque do país, com seu espetáculo exuberante de luxo e corpos desnudos, que dançam freneticamente ao som de ritmos hipnóticos. Se a originalidade e a grandeza dessa festividade dionisiaca tem atraído e fascinado multidões de turistas ao longo das décadas, por outro, tem eclipsado sobremaneira outras formas de atrativos culturais, sobretudo as que exigem uma atitude mais compenetrada por parte dos visitantes para sua fruição, como é o caso do Patrimônio Histórico e demais aspectos a ele relacionados.

Dentro do contexto acima exposto, este artigo se propõe a descobrir em que proporção, no âmbito municipal, os gestores responsáveis pela promoção turística possuem consciência acerca do Patrimônio Histórico existente na área abrangida por seus municípios, da sua importância cultural e de seu potencial turístico. No caso de haver essa consciência, em que medida esses administradores promovem ações no sentido de uma efetiva utilização para o turismo. Tais iniciativas podem envolver desde o restauro e conservação de bens históricos, passando pelo incentivo e pela regulamentação de seu uso por atividades ligadas ao turismo e ao lazer cultural.

As hipóteses que se colocam são a existência de uma conscientização entre os gestores de municípios em relação ao Patrimônio Histórico local e seu valor cultural, bem como da necessidade de sua preservação e de seu possível aproveitamento para fins educacionais, de turismo e lazer, incluindo não apenas visitantes, como também a população do município e áreas circunvizinhas. Se essa consciência se materializa em realizações práticas, as quais se resumem a iniciativas pontuais vinculadas a alguma

administração em especial, considerando a continuidade ao longo das gestões e, por conseguinte, a possibilidade da criação do hábito de plena utilização dos bens históricos e a consolidação de uma mentalidade preservacionista na comunidade municipal.

Em suma, este artigo aborda a visão dos gestores públicos municipais em relação ao Patrimônio Histórico de suas áreas administrativas e suas ações para o uso desses bens pelo turismo e pelo lazer cultural.

Para a coleta dos dados referentes à postura e às ações práticas dos administradores municipais no que se refere aos bens históricos locais e a confirmação ou não das hipóteses inicialmente propostas, foi desenvolvido um questionário cujos itens são analisados a seguir, de acordo com as informações a serem obtidas.

Inicialmente (item 1) foi identificado o município, de modo a evitar mais de uma resposta oriunda de uma mesma localidade, o que resultaria na anulação do questionário em duplicidade.

O item 2 revela se o gestor considera seu município atrativo turisticamente, se acredita que a cidade possui condições de receber turistas regularmente e a importância que é dada pela administração ao potencial turístico municipal.

A pergunta número 3 analisa a correlação feita entre o gênero de atrativo turístico – natural, histórico ou festas/eventos – e a capacidade de fomentar o turismo na cidade, segundo a visão do administrador.

O item 4 aprofunda o assunto introduzido pela questão anterior, procurando revelar em que medida a visão de importância acima expressa tem correspondência na realidade atual, quais os atrativos turísticos que o gestor considera como os principais do município. A ideia para tal pergunta é a verificação da consciência do gestor quanto ao patrimônio histórico existente em seu município. Hierarquizar os atrativos objetiva saber em que proporção o patrimônio histórico é importante e em que lugar aparece entre os três primeiros.

O item 5 verifica se o gestor acredita que a classificação de sua cidade como histórica agrega atratividade turística ao município e a pergunta 6 mostra o tipo de importância dada ao Patrimônio Histórico pela administração, ou seja: se os bens históricos são vistos como valor turístico, educativo, político, econômico ou se, ao contrário, são encarados como mais um problema a ser assumido pela municipalidade.

A partir da questão 7 são analisadas as políticas da gestão municipal em relação a seu Patrimônio Histórico. Enquanto o item 7 arrola as ações desenvolvidas pela prefeitura quanto aos bens históricos, a pergunta 8 questiona a mentalidade da administração no tocante à importância do tombamento e se, na instância municipal, existem iniciativas nesse sentido. Uma possível resposta afirmativa pode revelar uma já existente consciência da importância que se traduz na prontidão do tombamento, antes mesmo do reconhecimento de instâncias que estão fora do município.

O item 9 faz uma prospecção do grau de consciência ou resistência da população da cidade quanto à preservação do Patrimônio Histórico e qual a

visão que os municípios possuem frente ao tombamento: problema, restrição ou oportunidade de ganhos, avaliando como a relação custo/benefício do tombamento na ótica dos eleitores afeta a postura administrativa local.

A questão 10 é um desdobramento da anterior e avalia em que proporção gestores mais identificados com a preservação do Patrimônio Histórico trabalham no sentido de conscientizar os cidadãos através da educação patrimonial e de que forma esta última é desenvolvida pela municipalidade.

O item 11 analisa o grau de envolvimento da cidade na atividade turística de caráter histórico-cultural, através do estabelecimento de vínculos regulares com órgãos oficiais de fomento ao turismo: EMBRATUR, Secretaria Estadual de Turismo e Projeto Monumenta (IPHAN), entre outros.

A questão 12 revela as expectativas da administração quanto ao turismo histórico-cultural como gerador de visitação efetiva e quais as consequências socioeconômicas – positivas ou negativas – que podem advir do fluxo turístico na localidade.

O item 13 verifica o comprometimento oficial do município com a atividade turística, através da manutenção de organismos municipais, especialmente voltados para o turismo, como COMTUR e Secretaria Municipal de Turismo.

O item 14 aborda possíveis impactos negativos do turismo percebidos pela gestão municipal, nas esferas social, cultural, econômica e ambiental.

O item 15 enfoca a importância da atividade turística na cidade em termos de retorno financeiro, enquanto o item 16 tece uma comparação entre o turismo e demais fontes geradoras de receita para os cofres da prefeitura, com o objetivo de avaliar se a visão que o gestor possui do papel do turismo para a economia da cidade corresponde ao que se efetivamente arrecada.

Foram remetidos questionários a 92 municípios, endereçados diretamente aos prefeitos, por representarem a instância máxima do executivo local e, portanto, a palavra oficial da gestão municipal. Desse total foram obtidas 57 respostas, o que corresponde a 62% do Universo pesquisado.

A relação de cidades às quais foi dirigida a pesquisa baseou-se no cruzamento da listagem de sítios históricos urbanos do IPHAN com a lista de municípios classificados como “cidade histórica” pelo Guia Brasil - 4 Rodas, publicado pela Editora Abril, que há algumas décadas tem sido utilizado por determinada parcela da demanda para as suas viagens de férias. Foram considerados os municípios relacionados pelo Instituto, acrescidos dos selecionados pela publicação.

Como dito anteriormente, o IPHAN é a entidade que oficialmente responde pela preservação do Patrimônio Histórico brasileiro, na instância federal. Conforme sua definição,

sítios urbanos são bens patrimoniais autônomos que demandam instrumentos próprios de análise e critérios de intervenção adequados a essa

especificidade. Estes bens não são obras de arte prontas e concluídas num determinado período, transpondo-lhe pura e simplesmente os procedimentos de restauração de edifícios, possuem natureza dinâmica e mutante típica das áreas urbanas.<sup>3</sup>

O critério de seleção de bens históricos do IPHAN é meramente preservacionista e não leva em consideração a potencialidade e/ou aproveitamento dos mesmos para fins ligados ao turismo e lazer cultural. Para Prentice (1993), Turismo em sítios históricos não é uma expressão usual na área de estudos em turismo.

Complementando a listagem do IPHAN e buscando dar um enfoque mais turístico ao aproveitamento do Patrimônio Histórico das cidades estudadas, foi utilizado o Guia Brasil – 4 Rodas, considerando os municípios identificados como “cidade histórica”. O enfoque da publicação é mercadológico e mais abrangente no que tange ao uso turístico dos bens patrimoniais. Seu critério de classificação das cidades históricas é a relevância em termos de atratividade turística e a pré-existência de um fluxo nesse sentido. A escolha do Guia Brasil – 4 Rodas deve-se à sua larga penetração junto ao público brasileiro que efetivamente viaja.

### Autoimagem

É escassa a bibliografia que trata da temática relativa a autoimagem e turismo. As obras geralmente referem-se à imagem de uma destinação a partir de uma visão mais mercadológica, onde a ênfase é dada àquela imagem que o turista possui do local visitado. Neste artigo, entende-se por autoimagem a visão que o próprio município possui de si mesmo, como capaz de efetuar uma gestão dos atrativos histórico-culturais. Assim é que os gestores possuem um paradigma ante as necessidades de conciliar a preservação de um patrimônio histórico com a de ter atratividade a certos grupos de visitantes.

Algumas posições podem ser consideradas quando o conceito de autoimagem tangencia visões clássicas sobre o assunto. Assim, tem-se a definição de Pike & Ryan (2004, p.334):

Imagens representam um tipo de simplificação de um grande número de associações de elementos de informações relacionadas ao local. Essas imagens são como o produto da mente que tenta processar e essencializar uma grande quantidade de dados do local.

Pode-se salientar, a partir da posição dos autores sobre imagens, que a autoimagem que um gestor possui desse município é o resultado final de um grande número de associações e elementos relacionados ao local. Este processo de essencializar acaba resultando em algum tipo de simplificação, que é a visão geral e

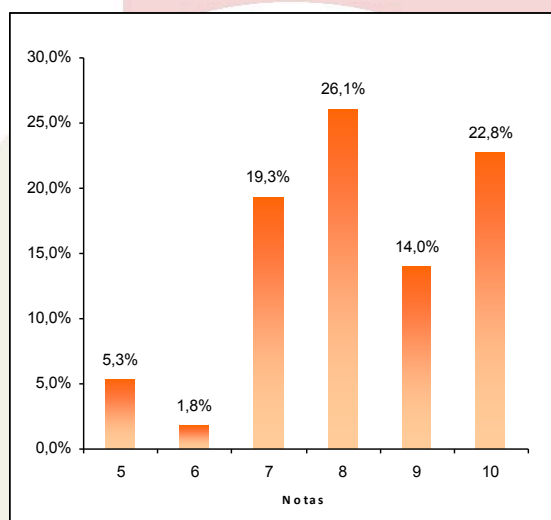
<sup>3</sup> IPHAN, s;l, s;d. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/sitioshistoricos>>. Acesso em 15 dez. 2007.

consolidada, a partir da qual o gestor irá responder às questões referentes à sua cidade.

## A Visão dos Sítios Históricos Pelos Gestores Municipais

O reconhecimento de possuir atrativos turísticos não representou problema para os gestores do poder público municipal, uma vez que 100% das respostas apontaram nesta direção, ou seja, os sítios históricos urbanos foram considerados parte integrante dos atrativos da cidade.

Gráfico 1- Capacidade de receber turistas



Embora a pergunta trate de atratividade, as notas atribuídas pelos gestores, em grande parte, levaram em consideração também a infraestrutura. Neste caso, pode-se entender as discrepâncias entre as notas relativas à capacidade de receber turistas e a importância conferida aos atrativos, estando, este último item, com notas superiores.

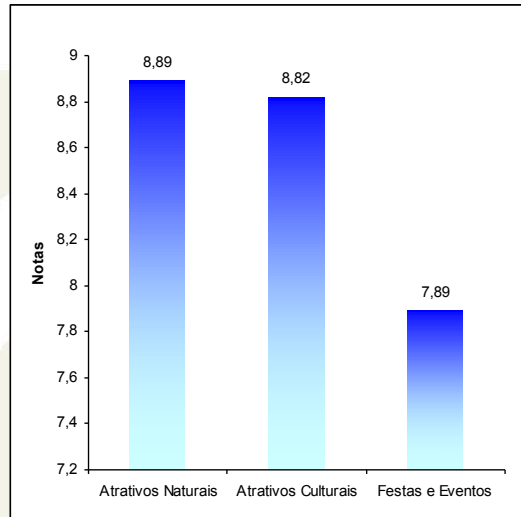
A nota média para capacidade de receber turistas foi de 7,51 em uma escala de zero a 10, constando, porém, para importância dos atrativos, notas médias superiores. Assim, aparece a nota para atrativos naturais 8,89 e para os culturais 8,82. Apenas festas e eventos aproximam-se da nota dada à capacidade de receber turistas, ficando em 7,89.

Nesta avaliação, a nota mínima conferida à capacidade de receber turistas foi 5. Chama a atenção, todavia, o fato de 64,9% das cidades darem nota acima de 8, mas apenas 22,8% atribuíram a nota máxima.

Os municípios entendem que sua infraestrutura para receber turistas encontra-se aquém da importância de seus atrativos, haja vista que cidades prestigiosas cujos sítios históricos constam no hall de patrimônio da humanidade da UNESCO conferiram notas muito discrepantes entre a capacidade de receber turistas e seus atrativos. Goiás – GO atribuiu nota 7 à capacidade de receber turistas, nota 9 aos atrativos naturais e culturais e 10 às festas e eventos; Ouro Preto – MG, 7 à capacidade de receber turistas, 10 aos

atrativos naturais e culturais e 8 às festas e eventos; Olinda – PE, 7 à capacidade, 10 aos atrativos naturais e culturais e 7 às festas e eventos e Salvador – BA 8 à capacidade, 10 aos atrativos culturais, 9 aos naturais e 8 às festas e eventos.

Gráfico 2 – Notas médias – Importância dos atrativos



No que concerne à importância dos atrativos, seria de se esperar uma nota maior aos atrativos culturais, uma vez que se tratam de municípios que se reconhecem como históricos e são reconhecidos como tais. Porém, não é o que se observa, uma vez que a nota média conferida aos atrativos naturais é ligeiramente superior. Duas são as possíveis explicações para este fenômeno. Uma é a já mencionada visão estereotipada do Brasil exótico de natureza exuberante que permearia, inclusive, a visão dos gestores; outra, seria uma observação baseada na experiência empírica dos administradores de que o turista procura ter a fruição de diversos tipos de atrativos durante a sua permanência em uma localidade. Ressalta-se, entretanto, que as hipóteses acima levantadas têm um caráter de possível complementariedade.

Gráfico 3 – Importância absoluta dos atrativos turísticos

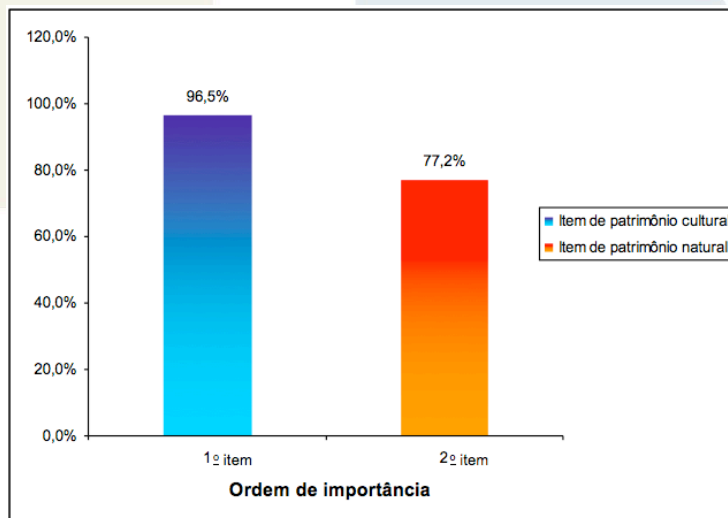
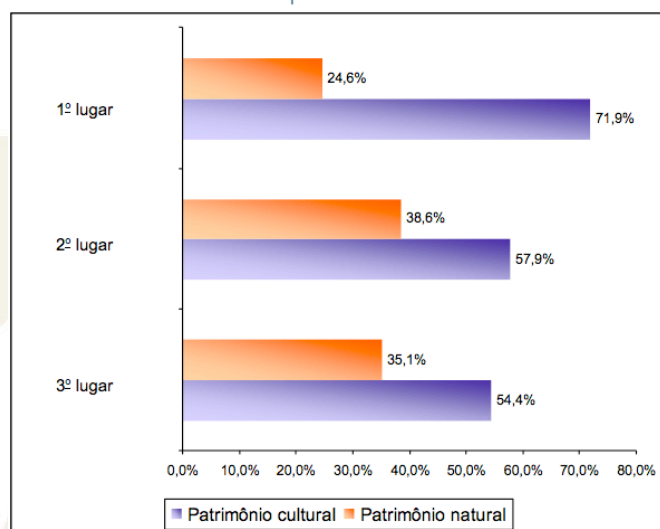




Gráfico 4 – Citação dos três principais atrativos turísticos em ordem de importância

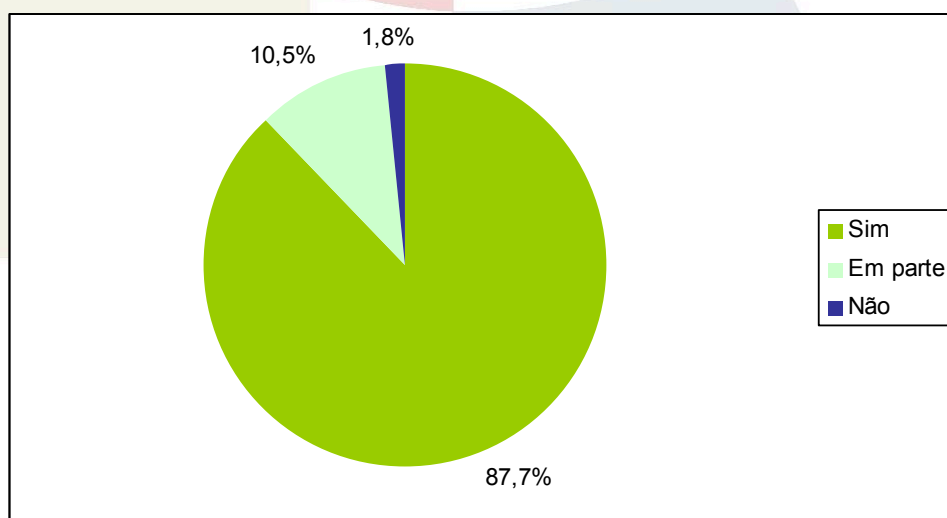


Quando solicitados a mencionar os três principais atrativos turísticos da cidade, em ordem de importância, a grande maioria dos gestores colocou em primeiro lugar um item de patrimônio cultural (96,5% – GRÁFICO 3).

Mesmo em segundo e terceiro lugares, os itens de patrimônio cultural superam em mais de 50%, em termos de citação, os itens de patrimônio natural. Isso mostra que a autoimagem como detentores de patrimônio cultural relevante para o turismo é bastante consolidada.

Pode-se supor que, do ponto de vista da atenção da administração municipal, a parcela tida como de maior responsabilidade e intervenção dos gestores concentra-se no patrimônio cultural, especialmente o histórico.

Gráfico 5 – Fato de ser cidade histórica X Peso em receber turistas



Os dados do gráfico 5 mostram que a maioria absoluta (87,7%) relaciona o fato de receber turistas ao status de cidade histórica, reforçando a ideia de que há consciência da relevância do patrimônio histórico para a atividade turística.

Mesmo os 10,5% dos que responderam ser apenas “em parte” importante para receber turistas não negam o peso de seu patrimônio histórico como atrativo turístico. Cabe ressaltar que a maioria das cidades integrantes desse percentual encontra-se na região litorânea, dividindo a atratividade turística entre as praias e o patrimônio histórico. Com exceção da cidade de Amparo, no interior de São Paulo, as demais possuem seu forte apelo no mar, tais como Iguape – SP, Santa Cruz Cabrália – BA, São Sebastião – SP, e Valença – BA.

Gráfico 6 – Razões da importância do patrimônio histórico – Notas máximas (5) por categoria

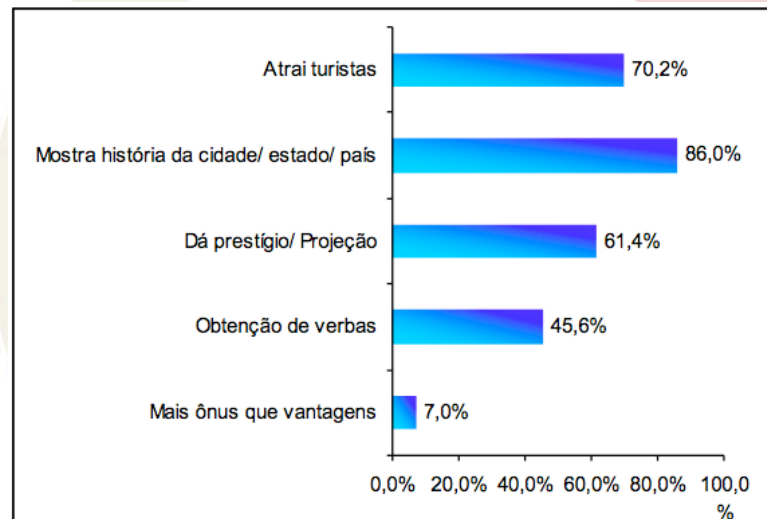
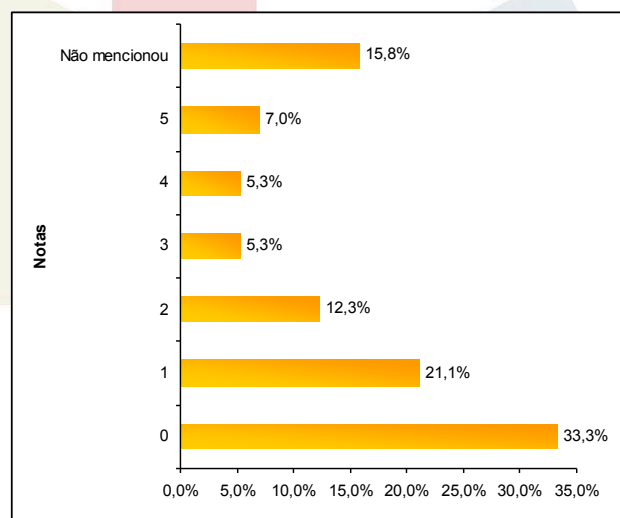


Gráfico 7 – O patrimônio representa mais um ônus que vantagens para a prefeitura (notas 0 a 5)



O gráfico 6 mostra os percentuais da nota máxima (5,0) atribuída às diferentes

razões de importância conferida ao patrimônio histórico. É surpreendente, em um primeiro momento, constatar que é dada maior importância (86% de nota 5) ao aspecto histórico em si do que ao patrimônio como fator de atratividade turística (70,2%). Porém, ao se levar em consideração o peso que a questão educacional possui, no contexto do discurso político, fica clara a intenção de vincular a preservação do patrimônio às ações educativas da gestão. O segundo lugar obtido pela atratividade turística demonstra o discurso político relacionado ao desenvolvimento econômico local. A queda dos percentuais vinculados a fatores mais pragmáticos da gestão administrativa, como prestígio/projeção (61,4%) e obtenção de verbas mostram uma intenção de desvincular tais ações do discurso político, uma vez que os gestores preferem a imagem de beneméritos culturais e econômicos à de meros arrebanhadores de votos e recursos financeiros.

Em relação ao ônus representado pela manutenção do patrimônio histórico à administração municipal (GRÁFICO 7), apenas 7% dos gestores atribuíram a nota máxima, enquanto 66,7% atribuíram notas inferiores a 2, sendo 33,3% de notas zero. Esta atribuição de ônus pequeno ou nulo ao patrimônio se explica pela má repercussão político-eleitoral que possa ter um discurso oposto ao preservacionista, prejudicando, em última instância, a imagem do gestor.

### **Gestão Municipal dos Sítios Históricos Urbanos**

Segundo McKercher e Cros (2002), a administração do patrimônio cultural é drasticamente diferente da do turismo. A primeira envolve conservar e proteger uma amostra representativa de nosso patrimônio para o futuro. Seu objetivo é servir ao bem público externo e, sendo assim, a administração do patrimônio cultural está largamente estruturada em torno do setor público. Inversamente, o turismo é essencialmente uma atividade comercial dominada pelo setor privado, dirigida pelo lucro ou pelo desejo de setores governamentais no sentido de alcançar objetivos econômicos. Em virtude deste foco, o turismo está muito mais interessado no valor utilitário dos recursos do que no seu valor de sua existência.

A reforma do Estado e a melhoria das formas de gestão pública tornaram-se tema recorrente a partir dos anos de 1990. Ao mesmo tempo, uma série de reivindicações da sociedade civil indica a necessidade não de um Estado mínimo, mas de um Estado diferente.

Para dar conta de todos esses movimentos e de novas tendências no sentido de minimizar disfunções burocráticas, alguns estudiosos têm proposto o que se denominou administração pública gerencial. Ela procura dar respostas às novas características do mundo atual e opõe-se à administração burocrática tal como praticada no setor público. Propõe a reforma do Estado com base na racionalidade gerencial do setor privado e resume-se nos seguintes termos:

- estabelecimento de competição entre os que prestam serviços ao público;
- transferência de poder aos cidadãos;
- medição dos resultados;
- orientação para missão e objetivos;
- redefinição dos usuários como clientes;
- prevenção de problemas;
- investimento na produção de recursos;
- descentralização;
- estabelecimento de mecanismos de mercado;
- formação de parcerias com o setor privado e com organizações voluntárias.

Apesar da globalização, atualmente dominar as pautas de debates, cada vez mais deve-se “pensar globalmente, agir localmente” (VERGARA, 2004, p.27). Isso significa implantar um modelo de desenvolvimento local adequado ao mundo contemporâneo. Este tema tem sido discutido com base em duas visões diferentes. A primeira o vê sob a lente econômica, relacionando-o à inserção competitiva. A segunda questiona o padrão de desenvolvimento alcançado ao longo das últimas décadas e adota a ideia de cidadania ampla, isto é, de inclusão social completa. Essa segunda vertente cunhou a expressão “desenvolvimento local e sustentado”, entendido como a busca da harmonia entre as várias dimensões do desenvolvimento – econômica, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional, científico-tecnológica – de forma a tornar a cidade boa para as atuais e futuras gerações viverem.

No que concerne à questão cultural, o movimento da globalização não sepultou e nem pode sepultar as culturas locais. É certo que a possibilidade de aculturação, isto é, de interpenetração de culturas, de novos comportamentos provenientes do contato com culturas diferentes da nossa, sempre existiu na história da humanidade. Assim, a ideia de aproveitamento do patrimônio histórico da humanidade para o turismo não surgiu de repente. Desde a criação da Unesco, um dos objetivos do organismo foi a preservação do patrimônio cultural de interesse de toda a humanidade (SILVA, 2003).

Pode-se dizer que as disfunções do modelo de desenvolvimento resumem-se a alguns recursos naturais cada vez mais escassos e à crescente consciência ecológica. O crescimento da consciência ecológica coloca em evidência um processo cujo entendimento é fundamental para a compreensão do contexto atual. Com relação às novas posturas referentes ao patrimônio cultural, deve-se apontar que a legislação brasileira ressalta que o poder público, com a colaboração da comunidade tem por obrigação proteger o patrimônio cultural brasileiro. Neste aspecto o artigo 182 da Constituição Federal refere-se à política de desenvolvimento urbano a cargo do Poder Público Municipal, e a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, chamada de “Estatuto da Cidade” regulamenta esta política de desenvolvimento urbano a cargo do Poder Público

Municipal.

Entre as novas regras consta a exigência do plano diretor para certo perfil de cidade, que são aquelas com mais de 20.000 habitantes e as integrantes de áreas de especial interesse turístico, onde se incluem boa parte das cidades que possui sítios históricos urbanos.

Para cumprir tal finalidade, o município possui instrumentos de política urbana (RODRIGUES, 2002, p.48). Os principais são:

- incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- tombamento de imóveis e mobiliário urbano;
- instituição de unidades de conservação;
- direito de preempção;
- transferência do direito de construir.

Esta legislação reflete um maior cuidado para com a preservação dos patrimônios natural e cultural. Cabe ressaltar, no item sobre incentivos fiscais e financeiros, que nele estão incluídas a redução ou isenção do imposto urbano e linhas de crédito em parceria com instituições financeiras. O tombamento pode ocorrer não apenas nas esferas federal e estadual, mas também na municipal, daí o possível engajamento dos gestores com seu patrimônio cultural.

Cabe ressaltar, que para a restauração e a revitalização de sítios históricos municipais, existe, entre outras fontes de financiamento, o Programa Monumenta, que é uma parceria do Ministério da Cultura com o BID e a UNESCO cujo objetivo é o resgate dos principais conjuntos patrimoniais urbanos do Brasil (UNESCO, 1996).

Com a nova política urbana, a partir do Estatuto da Cidade, e com possibilidades de obter recursos, o turismo pode ter na esfera municipal uma oportunidade de crescimento. Convém ressaltar que a Constituição Federal de 1988, pela primeira vez na história das constituições brasileiras, contempla o turismo no artigo 180, que dispõe o seguinte:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. (BRASIL, 1988, p.107)

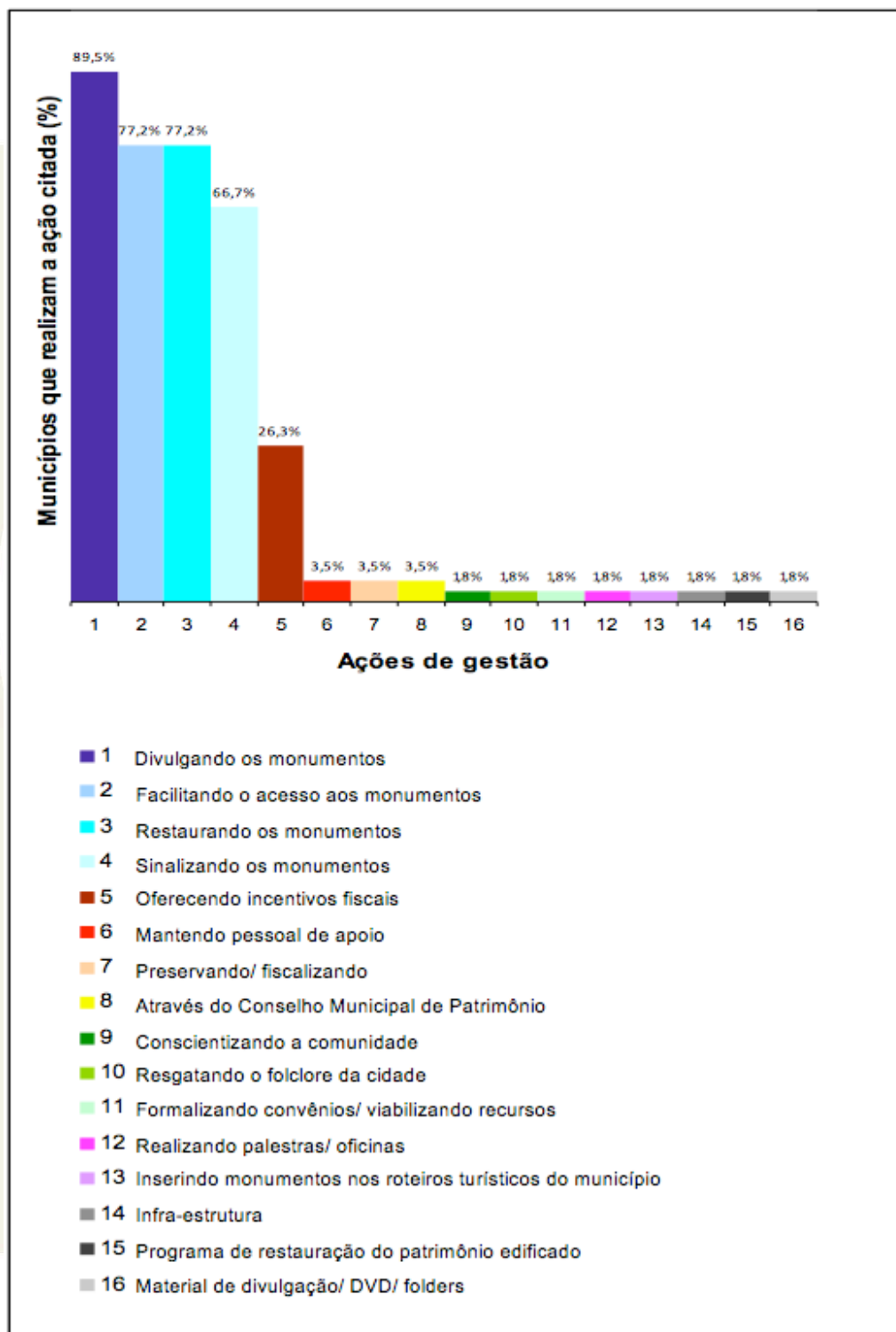
Para o desenvolvimento do turismo são necessárias visão multidimensional e estratégias intersetoriais. Na esfera municipal deve-se dar prioridade às políticas e ações que buscam:

- Promover a infraestrutura;
- Implantar e/ou ampliar o fornecimento de água, energia, saneamento, telecomunicações, e outros, que não só beneficiam os turistas mas a própria população local;

- Conservar atrativos de propriedade pública. Os gestores municipais são responsáveis pela preservação e manutenção do patrimônio cultural e natural de sua propriedade;
- Promover incentivos fiscais. O município pode conceder incentivos e isenções fiscais a empresas que estejam ligadas diretamente ao setor turístico e que se estabeleçam nas áreas urbanas;
- Adequar a legislação. O turismo como atividade econômica gera um fluxo de visitação que demanda produtos e serviços; essas relações criam obrigações e direitos, que exigem normas regulamentadoras, as quais devem ser criadas em consonância com as constituições federal e estaduais;
- Realizar a divulgação institucional. Fornecer ao turista em potencial informações de modo a persuadi-lo a visitar o município é responsabilidade do setor público e parceria com o privado, que promoverá seus produtos e/ou serviços turísticos;
- Criação de uma Secretaria Municipal de Turismo. Para o município que define como um de seus principais objetivos o desenvolvimento do turismo, é necessária a criação de uma Secretaria de Turismo, ou órgão equivalente, ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito.

## Iniciativas Municipais em Relação aos Sítios

Gráfico 8 – Relação das prefeituras com os monumentos históricos



As ações administrativas que chamam a atenção dentre as mais realizadas são a divulgação de monumentos (89,5%), donde se supõe que as mais destacadas são a confecção de folheteria e páginas (desatualizadas) na internet, o facilitamento de acesso

(77,2%), o restauro dos monumentos (77,2%) e a sinalização dos mesmos (66,7%).

Quanto à oferta de incentivos fiscais verifica-se uma queda abrupta, o que mostra a falta de abertura dos gestores no sentido do alocamento direto ou indireto dos recursos financeiros para os sítios históricos (26,3%). Outras ações que exigem uma pró-atividade maior dos gestores, mantendo pessoal especializado com dedicação maior à questão patrimonial e iniciativas que fujam da obviedade (manutenção de pessoal de apoio, resgate do patrimônio imaterial e programa de patrimônio edificado, por exemplo) são escassos nas administrações municipais (abaixo de 3,5%).

Nota-se que algumas cidades de reconhecida importância histórica no panorama nacional não incluíram a divulgação dos monumentos entre suas ações de gestão. São os casos de Belém – PA e Itu – SP, por exemplo.

Dos municípios que ofereceram incentivos fiscais, a grande maioria (73,3%) optou pela isenção de IPTU/ISS. Apenas 13,3% dos municípios optaram por taxas diferenciadas ou descontos fiscais. Outros incentivos somam percentual semelhantes (13,4%).

Disso deduz-se que os aspectos mais trabalhosos para os setores financeiros da administração não são considerados uma opção viável em termos das ações, ainda que isso implique em uma diminuição da arrecadação.

Gráfico 9 – Modalidade de incentivos fiscais

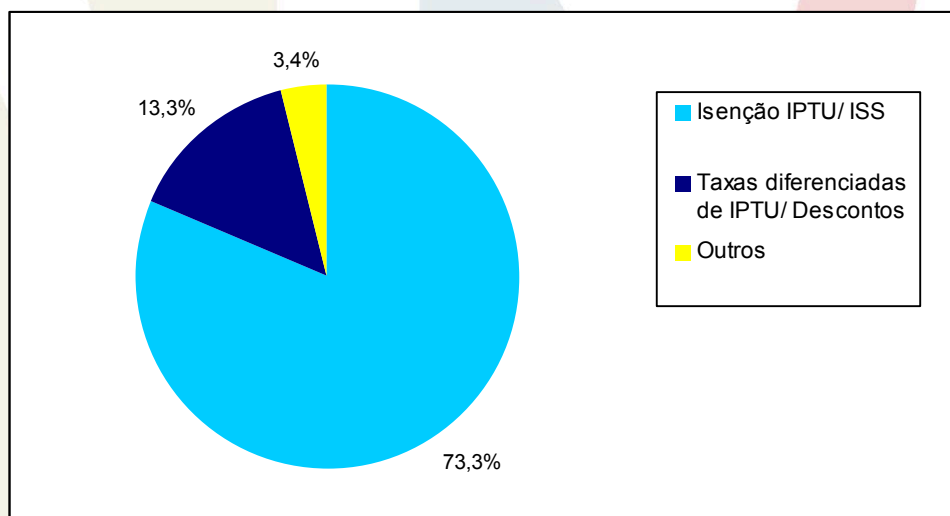
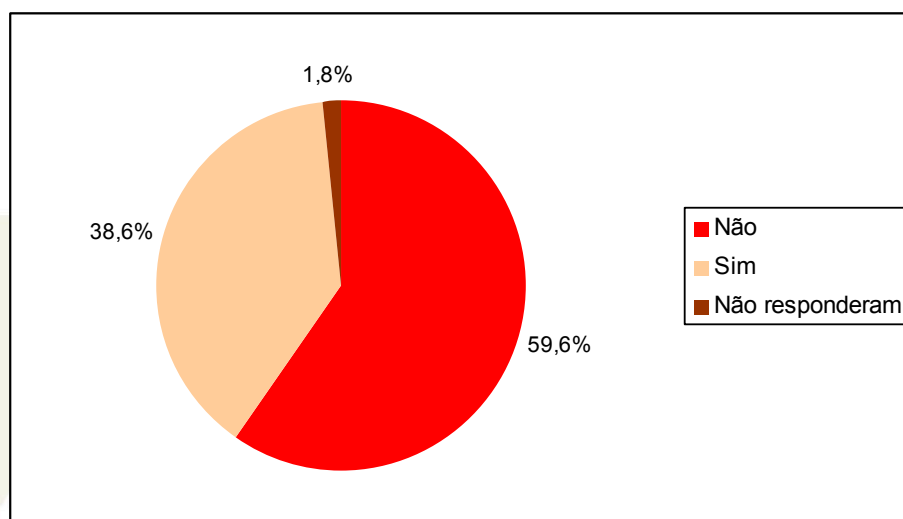


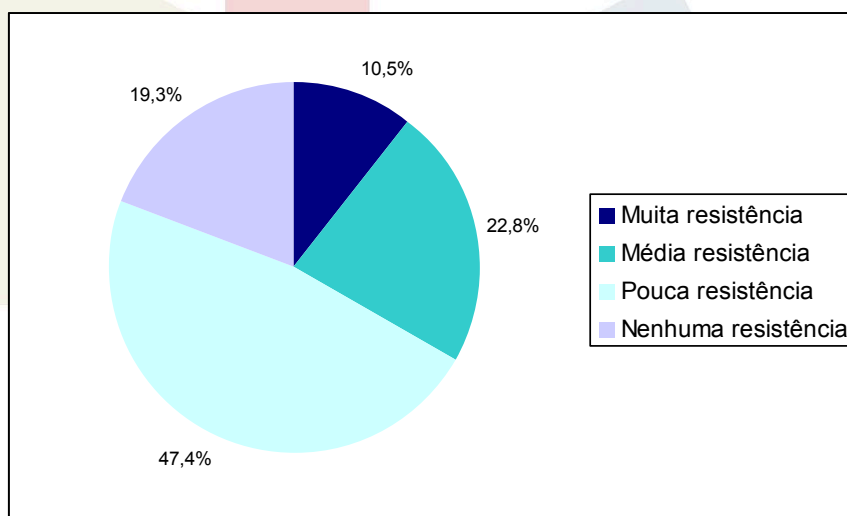


Gráfico 10 – Iniciativa municipal de tombamento, anterior ao tombamento estadual e/ou federal



Apesar dos dados anteriormente analisados demonstrarem uma autoimagem dos gestores municipais bastante consolidada em relação à importância, tanto dos seus sítios históricos quanto da atratividade turística dos mesmos, verifica-se, através dos dados do gráfico 10, uma significativa inércia no que concerne a iniciativas de tombamento que partam da própria municipalidade. Apenas 38,6% dos gestores consultados afirmaram que o tombamento na esfera municipal ocorreu anteriormente à ação nas esferas estadual e/ou federal, apesar do Estatuto da Cidade prever o tombamento, tanto do patrimônio natural, quanto do cultural, no âmbito do poder municipal. A maioria absoluta (59,6%) não se preocupou em tomar seus sítios históricos e/ou patrimônio imaterial através de legislação municipal.

Gráfico 11 – Resistência da população ao tombamento e/ou restrições que ele impõe



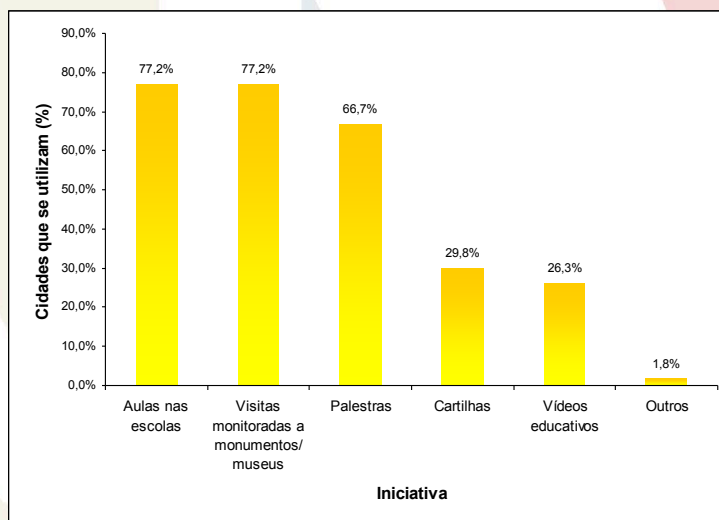
Os dados do gráfico 11 reforçam a falta de iniciativa dos gestores municipais em

relação ao tombamento, uma vez que a imensa maioria da população (66,7%) apresenta pouca ou nenhuma resistência ao tombamento e às restrições que ele impõe. Isso significa que não haveria prejuízo político-eleitoral aos gestores caso a municipalidade tombasse seu patrimônio através de uma ação legislativa local.

Vale notar que a maior resistência da população local ao tombamento ocorre nas cidades menores e menos conhecidas pelos seus sítios históricos. Isso, possivelmente, é resquício de uma mentalidade desenvolvimentista que privilegia o crescimento econômico a qualquer custo, sem pesar eventuais prejuízos aos patrimônios natural e cultural da localidade. É o caso de Cerro – MG, Nova Era – MG, Campanha MG, Andaraí – BA e Amparo – SP.

## O Trabalho Junto aos Municípios

Gráfico 12 – Iniciativas para conscientizar a população da importância dos bens históricos municipais



O gráfico 12 mostra que a grande maioria das iniciativas para conscientização da população do município acerca da importância dos bens históricos locais concentra-se no público em idade escolar e se utiliza da estrutura de ensino já existente na cidade: aulas (77,2%), visitas monitoradas a monumentos e museus (77,2%) e palestras (66,7%). Quando se coloca a produção de materiais educativos, os números reduzem-se bastante, e são proporcionais à facilidade de confecção dos materiais: cartilhas (29,8%), vídeos educativos (26,3%). Ações que fujam desse padrão e que necessitam de mão de obra mais especializada, destinação específica de verbas e pessoal, além de planejamento mais complexo, como a manutenção de um programa de educação patrimonial, atendimento direto ao munícipe, produção de impressos informativos destinados ao público não escolar, são ínfimas, representando, apenas, 1,8% das iniciativas.

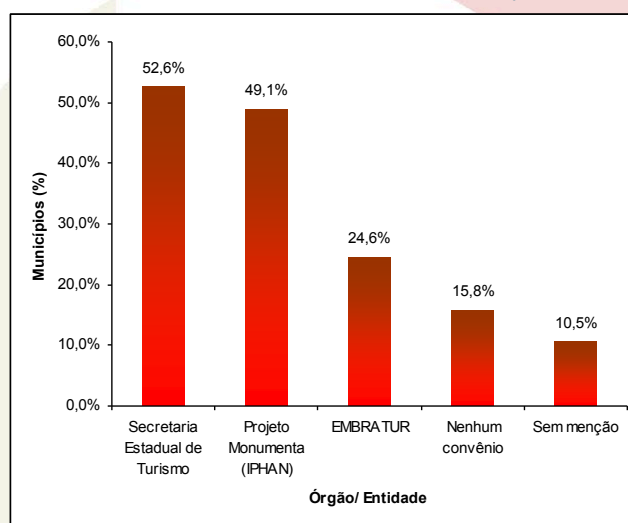
Isso reforça três pontos anteriormente citados: a grande vinculação que os gestores fazem do patrimônio à área educacional, como parte integrante de um

discurso político; a falta de vontade política no que se refere à destinação de verbas para educação patrimonial e à conscientização do público local; a falta de ousadia e vontade de inovar quanto aos métodos que poderiam ser adotados no sentido de uma maior eficiência em assunto de tal importância.

Desta maneira explica-se o fato da grande maioria dos gestores (gráfico 7) não considerar o patrimônio como um ônus para o município, uma vez que as ações realizadas aproveitam-se da estrutura já existente.

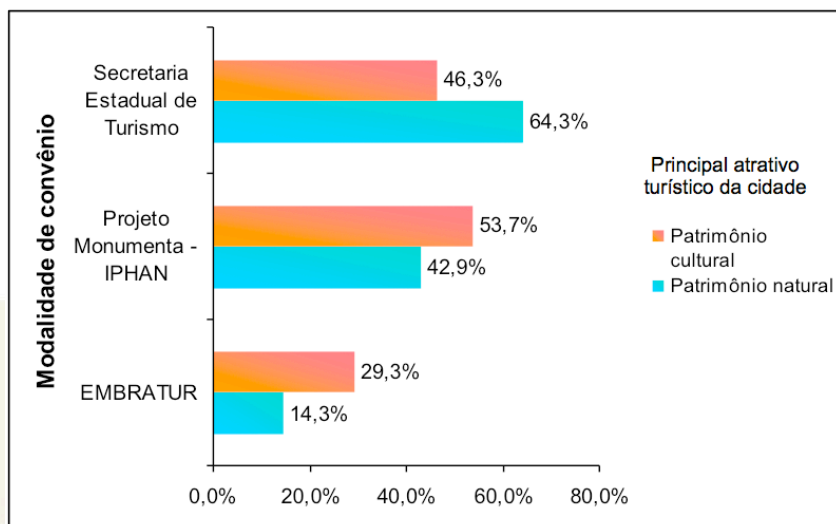
## O Município Frente aos Convênios

Gráfico 13 – Convênios dos municípios



Se por um lado o gráfico 13 mostra que praticamente a metade dos municípios pesquisados possui convênios com a Secretaria Estadual de Turismo (52,6%) e/ou Projeto Monumenta – IPHAN (49,1%), o que demonstra um avanço no nível de conscientização dos gestores sobre a importância dos convênios relacionados à preservação dos sítios históricos, por outro, torna-se preocupante o fato de mais de um quarto das cidades pesquisadas (total de 26,3%) não possuir qualquer tipo de convênio com organismos de turismo/patrimônio (15,8%) ou sequer ter mencionado este aspecto (10,5%). Isto mostra desconhecimento ou minimização da importância de vincular a cidade aos programas oficiais de turismo e preservação do patrimônio especialmente se levar em consideração que os dois tipos de convênios mais citados são justamente os que carregam consigo a promessa de obtenção de recursos financeiros, item extremamente valorizado pelos gestores conforme os dados do gráfico 7.

Gráfico 14 – Modalidade de convênio X Principal atrativo turístico da cidade

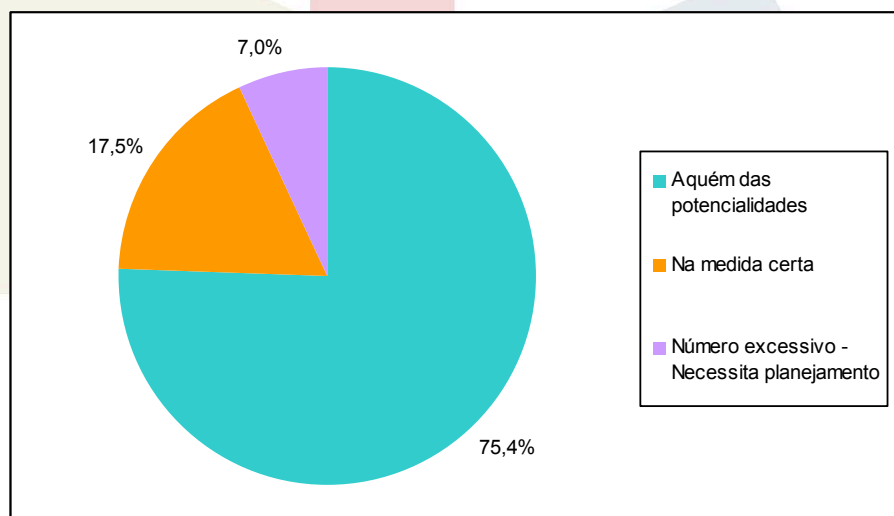


O gráfico 14 mostra preponderância da Secretaria Estadual de Turismo quando se trata de patrimônio natural (64,3%), mesmo porque este organismo acaba contendo, em vários estados, os títulos que os municípios poderiam ter, com a predominância das cidades balneárias ou estâncias hidrominerais e climáticas. Por outro lado, o Projeto Monumenta vincula-se mais diretamente ao patrimônio cultural (53,7%), uma vez que se trata de organismo desenvolvido mais especificamente para restauração e requalificação de sítios históricos.

Os dados do gráfico 14 mostram, igualmente, que a EMBRATUR é um organismo com pouca credibilidade junto aos gestores municipais (29,3), talvez devido ao seu passado de descontinuidade dos projetos desenvolvidos através do PNMT (Plano Nacional de Municipalização do Turismo).

### Visão do Turismo e dos Malefícios

Gráfico 15 – Turismo histórico-cultural no município



No que se refere ao número de visitantes, a maioria dos municípios se considera aquém das potencialidades (75,4%) o que, talvez, denote a ideia de que o turismo poderia mudar significativamente para melhor o panorama econômico do município. Por outro lado, os que consideram o número na medida certa (17,5%), possivelmente têm receio que um aumento no fluxo turístico possa acarretar problemas para a cidade, sobrecarregando a infraestrutura existente e trazendo malefícios como lixo, criminalidade, trânsito, dentre outros.

Apesar do pequeno percentual dos que consideram estar com número excessivo de turistas (7,0%), torna-se importante deter-se nos possíveis motivos que resultaram nessa resposta. No caso de Antonina – PR, provavelmente o fluxo excessivo de visitantes, para além da capacidade de carga do município, com o objetivo de participar de eventos tradicionais, esteja provocando um estresse na população e uma sobrecarga na infraestrutura. Por outro lado, o excesso de operações turísticas em destinos tradicionais como Mariana – MG, Ouro Preto – MG e Porto Seguro – BA, possivelmente provoca fenômeno similar. Também é o caso de Valença – BA, que apesar de não ser operada nacionalmente, é destino balneário de destaque no estado.

Não obstante essa resposta a respeito do excesso, tratam-se de municípios que, ainda assim, valorizam o turismo e apreciam a projeção que o status de cidade histórica traz à localidade.

Gráfico 16 – Existência de órgãos municipais de turismo

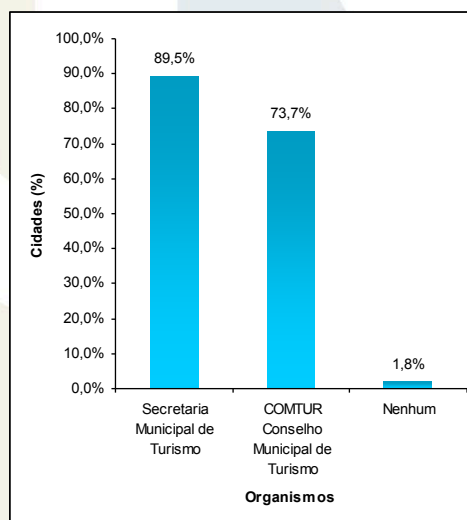
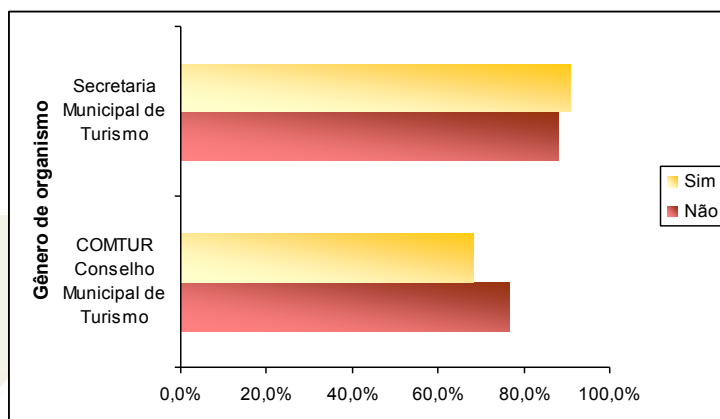
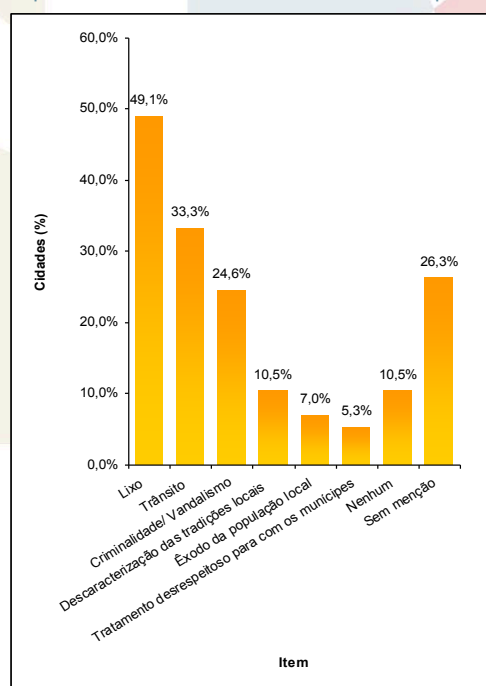


Gráfico 17 – Existência de órgãos municipais de turismo X iniciativa local de tombamento



O gráfico 16 demonstra que a grande maioria dos municípios pesquisados possui algum tipo de órgão municipal especificamente ligado ao turismo (Secretaria Municipal de Turismo – 89,5%) e/ou COMTUR (73,7%). Isso indica uma valorização da atividade turística, mas não necessariamente a do patrimônio histórico-cultural, uma vez que se mostrou indiferente (GRÁFICO 17) a relação entre a existência de órgãos de turismo e o tombamento dos sítios históricos municipais. Os percentuais dos municípios que tomaram a iniciativa de tombamento são muito próximos aos dos que não o fizeram, tanto para os municípios que possuem Secretaria de Turismo (90,9% - sim; 88,2% - não) quanto para os que possuem COMTUR (68,2% - sim; 76,5% - não).

Gráfico 18 – Principais malefícios do turismo para a cidade



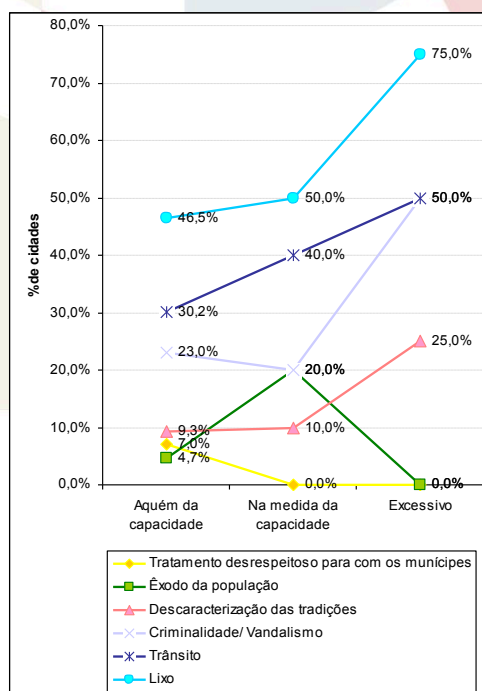
Conforme os dados apresentados no gráfico 18, quanto mais próximos da esfera de atuação e responsabilidade do poder municipal mais os gestores sentem-se sensibilizados por uma categoria de problema entre os inúmeros que podem ser gerados pelo fluxo de visitantes. Desta forma, o lixo, cujo recolhimento afeta diretamente os cofres municipais e a imagem da administração, aparece como o transtorno mais citado (49,1%).

Em segundo lugar vem a sobrecarga do trânsito (33,3%) que pode evidenciar a necessidade de maiores investimentos na infraestrutura municipal: recapeamento, abertura e alargamento de vias públicas, instalação de equipamentos de controle de tráfego, necessidade de sinalização e/ou contratação de pessoal para organização do fluxo e estacionamento nas ruas. Já o problema da criminalidade, apesar de aparecer com significativos 24,6%, por se tratar de problema da esfera estadual (polícia militar), é menos citado, apesar de afetar com maior gravidade a população local.

Outros itens, como descaracterização das tradições locais (10,5%), êxodo da população (7,0%) e tratamento desrespeitoso para com os munícipes (5,3%) não são tão enfatizados, na medida em que fogem do controle das ações do poder municipal.

São de se realçar os índices “sem menção de problemas” (26,3%) e “nenhum problema” (10,5%), que somados resultam em 36,8% dos gestores pesquisados. Cidades prestigiosas e com fluxo turístico significativo como Olinda – PE, Salvador – BA, São Luis – MA, São Luiz do Paraitinga – SP, São Miguel das Missões – RS e Vassouras – RJ optaram por não responder à questão. Isso talvez denote certos receios dos gestores em associar seus municípios, para os quais o turismo representa atividade econômica significativa, a problemas que possam afetar a imagem de eficiência da administração.

Gráfico 19 – Malefícios do turismo X Recebimento de visitantes



A importância dada aos problemas das diversas categorias é proporcional ao fato dos gestores considerarem que o número de turistas está aquém, na medida ou além da capacidade dos municípios de receber visitantes.

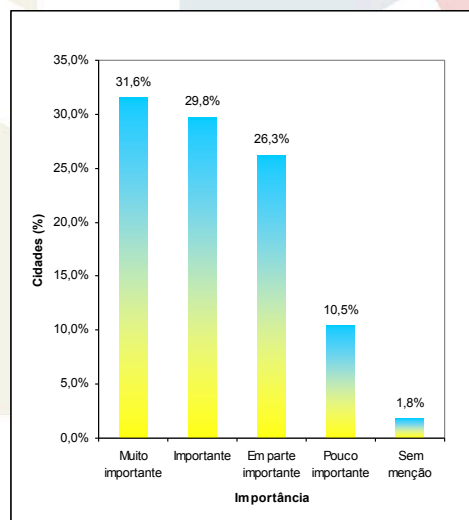
Nota-se que os percentuais das cidades que apontaram o lixo, a criminalidade e a descaracterização das tradições como problemas relacionados ao turismo apresenta números próximos nas categorias de cidades aquém e na medida da capacidade, porém estes números sobem significativamente quando se tratam de cidades que consideram excessivo o número de visitantes em relação à sua capacidade de recebê-los.

O problema do trânsito mostra uma proporcionalidade direta (aproximadamente 10,0%) à sobrecarga de visitantes (aquém da capacidade: 30,2%; na medida da capacidade 40,0%; número excessivo 50,0%).

Chama atenção o item “êxodo da população” que aparece com inexpressivos 4,7% nas cidades aquém da capacidade e não aparece nas cidades com número excessivo de visitantes. Porém, apresenta significativos 20,0% em cidades que afirmaram receber turistas na medida de sua capacidade, como é o caso de Tiradentes – MG e Paraty – RJ. Estas últimas, sabidamente, enfrentam este problema, o fenômeno de transformação de cidades em cenários, perdendo com isso, gradativamente, a sua dinâmica e vida próprias.

A questão do tratamento desrespeitoso com os munícipes aparece em apenas 7,0% dos municípios e estes pertencentes à categoria dos que afirmam estar aquém de sua capacidade de receber turistas, exceção feita à cidade de Ouro Preto – MG que apontou, entre outros, este sério problema.

Gráfico 20 – Importância do turismo para a renda do município



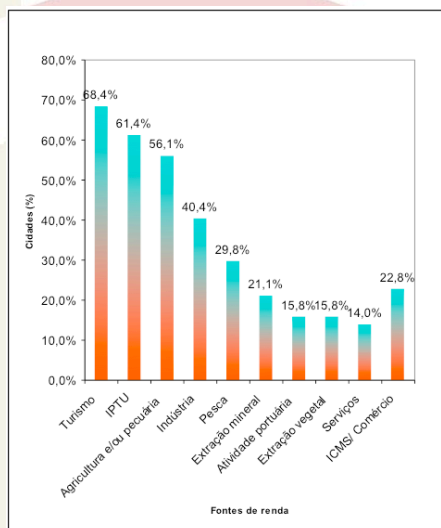
Os números do gráfico 20 apontam para uma maior consciência por parte dos gestores municipais de que o turismo é importante fonte de recursos para a economia da cidade. Somando-se as categorias “muito importante” e “importante” têm-se 61,4% dos



gestores pesquisados. Porém, não é de se desprezar o fato de 36,8% considerarem o turismo “parcialmente” ou “pouco importante” como fonte de renda.

Nesses casos, supõe-se que o município possua outras significativas fontes de recursos, como é o caso de capitais como Recife – PE e Belém – PA, ou então a atividade turística local encontra-se abaixo do esperado pelos gestores, como é o caso de Amparo – SP e Alcântara – MA.

Gráfico 21 – Principais fontes de renda dos municípios - Geral



O discurso dos gestores apontou o turismo como a principal fonte de renda dos municípios, com 68,4% das citações (GRÁFICO 21). Entretanto, o cômputo geral mostra que o patrimônio histórico-cultural é apenas em parte importante como atrativo capaz de gerar renda para as cidades.

A renda advinda de atividades tradicionais continua gerando amplos recursos para o município. Neste caso, merece destaque o IPTU, com 61,4%; a agropecuária, com 56,1%; a indústria, com 40,4%. No caso de cidades à beira mar, a pesca representa significativos 29,8%. Cabe ressaltar a importância da extração mineral, com 21,1%, especialmente para os municípios mineiros e baianos. Observa-se o destaque de atividades econômicas que poderiam estar indiretamente ligadas ao fluxo turístico, como é o caso do ICMS/Comércio, com 22,2% e serviços, com 14%.

Apesar dos percentuais gerais apontarem o turismo como principal fonte de renda para as cidades, não é o que mostra a análise por estado. Apenas os municípios baianos colocaram o turismo como principal atividade econômica. Os municípios dos demais estados igualaram a importância do turismo à de outras atividades, ou colocaram-no após outras, como é o caso de Minas Gerais, em que aparece com 61,5%, logo após a indústria, que detém 69,2%. O caso do Rio Grande do Sul é ainda mais significativo. Neste estado, o turismo aparece com 33,3% juntamente com a atividade portuária, serviços e ICMS/Comércio. Em primeiro lugar, aparecem o IPTU e a agropecuária, ambos com 66,7% e em segundo, a indústria, com 50,0%.

Tabela 1 – Principais fontes de renda dos municípios por estado

Estado (%) Atividade	MG	SP	BA	RS	PE	PR	MA	ES	SC	RJ	PA	MS	GO	CE
Turismo	61,5	81,8	85,7	33,3	60,0	66,7	50,0	50,0	100,0	100,0	–	100,0	100,0	100,0
IPTU	38,5	81,8	57,1	66,7	60,0	66,7	50,0	–	100,0	100,0	100,0	100,0	–	100,0
Agricultura e/ou pecuária	53,8	45,5	57,1	66,7	40,0	66,7	50,0	50,0	50,0	100,0	–	100,0	100,0	100,0
Indústria	69,2	45,5	14,3	50,0	20,0	33,3	50,0	–	50,0	50,0	–	–	–	–
Pesca	–	27,3	71,4	16,7	40,0	33,3	50,0	–	100,0	50,0	–	100,0	–	–
Extração mineral	46,2	9,1	28,6	–	–	–	–	50,0	–	–	–	100,0	100,0	–
Atividade portuária	–	18,2	–	33,3	20,0	33,3	–	50,0	100,0	–	–	–	–	–
Extração vegetal	30,8	18,2	14,3	16,7	–	–	50,0	–	–	–	–	–	–	–
ISS	–	–	28,6	–	20,0	–	–	–	–	–	–	–	–	–
FPM/ repasses Federais e Estaduais	23,1	–	14,3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Festas religiosas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	100,0
Agroindústria	–	–	–	16,7	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Serviços	–	18,2	–	33,3	20,0	–	50,0	50,0	–	–	100,0	–	–	–
Impostos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Operações de crédito	–	–	–	16,7	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
ICMS/ comércio	23,1	27,3	14,3	33,3	40,0	33,3	–	–	–	–	100,0	–	–	–

Ressalta-se o fato de uma cidade com sítios históricos do porte de Ouro Preto – MG, que detém o status de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, não ter citado o turismo entre as fontes de renda do município, embora possua considerável fluxo receptivo, sem grandes sazonalidades. Ao mesmo tempo, o gestor municipal aponta como principais malefícios trazidos pelo turismo à localidade aqueles que são os mais contundentes, ou seja, criminalidade, vandalismo, trânsito e tratamento desrespeitoso para com os munícipes. A cidade também ressalta que o turismo cultural está com números excessivos e necessita planejamento. Ouro Preto é o exemplo de cidade que, não obstante o fluxo turístico ser intenso, por ser destinação consolidada, possui fontes de renda de tal monta que acabam por sufocar a importância dos recursos gerados pela atividade turística.

### Considerações Finais

A análise da pesquisa revela que, no que concerne à autoimagem, os municípios

consideram possuir uma infraestrutura que está aquém da capacidade de receber turistas. Por outro lado os gestores possuem uma autoimagem bastante consolidada como detentores de um patrimônio cultural relevante tanto para a cultura como para o turismo.

Os municípios restringiram sua gestão a ações-padrão, como divulgação, restauro e sinalização. Entretanto, incentivos fiscais não são bem aceitos pelos gestores e isso reveste-se de importância e gravidade, uma vez que a maior parte dos sítios urbanos possui casario histórico nas mãos de particulares que se veem obrigados a lidar com seus imóveis por conta própria.

Isso explica os casos de comprometimento da ambiência, uma vez que os imóveis, muitas vezes, acabam ficando em estado precário de conservação.

Chama atenção, também, o fato de que todas as ações, tanto do ponto de vista de verba e/ou administrativo e financeiro, que exigem o alocamento de pessoal com maior especialização e especificamente voltado à relação com o patrimônio histórico, foram muito restritas.

Há um contraste entre a conscientização afirmada pelos gestores municipais e as ações efetivas no sentido de preservar seus sítios históricos e o patrimônio imaterial de suas cidades.

A educação patrimonial é feita com reduzido ônus para a administração, uma vez que se aproveita dos recursos já existentes, sobrando pouca margem para inovações que poderiam ser mais onerosas ou representar trabalho extra para a equipe administrativa.

O fato de um quarto das cidades pesquisadas não possuir nenhum tipo de convênio oficial com entidades ligadas ao turismo e ao patrimônio é preocupante, já que poderia representar um incremento de verbas para o desenvolvimento do turismo ou ajuda sempre bem vinda ao trabalho de preservar e restaurar os sítios históricos municipais.

Mesmo possuindo sítios históricos conhecidos pelo órgão oficial da esfera federal ou pelo mercado de turismo, isso não significa que a renda dos municípios esteja necessariamente ligada à sua atratividade. Embora o discurso dos gestores aponte o turismo, no cômputo geral, como significativa fonte de renda, as outras fontes tradicionais ainda representam a principal receita.

Se os gestores e os responsáveis realmente quiserem receber turistas, em número e qualidade e que, essa visitação proporcione prestígio e rendimentos financeiros aos municípios,   necessário, em primeiro lugar, mudar certos paradigmas, tais como levar o turismo a sério. Ter em mente que as mudanças partem da consciência da realidade atual. Essa requer investimentos, qualifica o de mão-de-obra e trabalho árduo na dire o de uma nova postura, que vem a ser a criatividade para não cair na tenta o de optar pelo óbvio, mais fácil e, assim, distanciar-se da atual inércia.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Lei N° 6.513**, de 20 de dezembro de 1977. IPHAN 2006.

IPHAN, s;l, s;d. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/sitioshistoricos>>. Acesso em 15 dez. 2007.

MCKERCHER, Bob e CROS, Hilary Du. **Cultural Tourism: the partnership between tourism and cultural heritage management**. New York: Haworth, 2002.

PIKE, Steven & RYAN, Chris. Destination positioning analysis through a compare sion of cognitive, affective and conative perceptions. **Journal of Travel Research**. University of Colorado. USA, v. 42, mai., p. 333-343, 2004.

PRENTICE, Richard C. **Tourism and heritage attractions**. London: Routledge, 1993.

RODRIGUES, Décio Luiz José. **Estatuto da Cidade anotado – Lei nº 10.257, de 10/07/2001**. São Paulo: WVC Editora, 2002.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Peirópolis; Edusp, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. Características do mundo contemporâneo e as repercussões na gestão municipal. In: \_\_\_\_\_; CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida (Org.). **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 27.

UNESCO. **Turismo cultural en America Latina y Caribe**. Havana: Unesco, 1996.

### Endereço para correspondência

Universidade de São Paulo  
Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Relações Públicas Propaganda e Turismo.  
Av. Prof. Lúcio Martin Rodrigues, n. 443 Bloco B, Butantã, 05508-020 - São Paulo, SP - Brasil

**Recebido em:**  
13/01/2016

**Aprovado em:**  
04/04/2016

